

HELENA FREITAS
PAULO AMARAL
ALEXANDRE RAMIRES
FÁTIMA SALES
Coordenação

Missão Botânica

Angola

(1927 - 1937)



COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra

EDIÇÃO DE IMAGEM
Paulo Amaral
Alexandre Ramires

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PAGINAÇÃO
António Resende
[Universidade de Coimbra]

EXECUÇÃO GRÁFICA
Imprensa de Coimbra, Lda.
Largo de S. Salvador, 1-3
3000-372 Coimbra

FOTO DA CAPA
Mulher indígena.
Os traços brancos sobre o corpo são sinal de luto
por morte do soba a quem ela pertencia.
Posto do Nordeste (Lunda), Julho 1927

ISBN
972-8704-41-0

DEPÓSITO LEGAL
223714/05

© Fevereiro 2005, Imprensa da Universidade de Coimbra

OBRA PUBLICADA COM O PATROCÍNIO DE:
SOCIEDADE BROTERIANA

HELENA FREITAS
PAULO AMARAL
ALEXANDRE RAMIRES
FÁTIMA SALES
Coordenação

Missão Botânica

•

Angola 1927-1937



Coimbra • Imprensa da Universidade

Sandra Xavier

Antropóloga

NUMA ESTREITA VEREDA ABERTA NA FLORESTA:
BOTÂNICA, ICONOGRAFIA, TERRITÓRIO

Como sabemos, o modernismo procurou separar arte, ciência e política. Como diz John Urry (1990: 84): «O modernismo envolve uma ‘diferenciação estrutural’, o desenvolvimento em separado de uma série de esferas normativas e institucionais, a economia, a família, o estado, a ciência, a moralidade e a estética. (...) Cada esfera desenvolve as suas próprias convenções e modos de avaliação». Este processo, marcado por um desejo absoluto de pureza, de não mistura, de não contaminação, tornaria cada esfera autocentrada e autónoma, independente de todas as outras. A arte só poderia ser explicada através da arte, a política pela política e a ciência pela própria ciência.

Este esforço de autonomia marcou, como é óbvio, a história da ciência escrita no período moderno. Os relatos científicos eram retrospectivamente avaliados pelos pares em função das regras internas ao campo científico e independentemente do seu contexto socio-político. Nas últimas décadas a história da ciência deixou de ser feita exclusivamente por cientistas. Temos cada vez mais antropólogos, historiadores e sociólogos que se dedicam aos estudos de ciência. E já que iremos falar de botânica e de viagens de naturalistas gostaria de referir aqui um exemplo. *Visions of Empire: voyages, botany and representations of nature*, publicado em 1996, agrega contribuições da história, da história da arte e da ciência, da filosofia, dos estudos literários e da antropologia em torno da análise do trabalho de história natural de Joseph Banks, que no final do século XVIII integrou as viagens científicas de Cook ao Pacífico. David Philip Miller, um dos editores desta publicação, defende que o fundo cultural que sustenta as representações da natureza do século XVIII extravasa as fronteiras disciplinares e conceptuais actuais (1996: 2). Poderíamos então dizer que a ciência e, em particular, a botânica no século XVIII ainda não haviam alcançado a autonomia e a pure-

za que o modernismo reclama. Mas o que dizer quando estas fronteiras disciplinares também não permitem compreender as representações da natureza elaboradas no século XX? E quando os actuais estudos de ciência demonstram que mesmo no século XX e no apogeu do modernismo existem claras e insuspeitas continuidades entre arte, ciência e política? Poderemos talvez dizer com Bruno Latour: *Nous n'avons jamais été modernes*.

O que nos surpreende nos textos e imagens de Luiz Wittnich Carrisso é que os propósitos políticos e económicos da ciência não se encontram dissimulados por práticas e discursos de autonomia e pureza mas, ao contrário, são aberta e claramente declarados. Um dos propósitos políticos da investigação científica repetidamente enfatizado por Luiz Carrisso é o da colonização das terras portuguesas em África. Carrisso teve a oportunidade de afirmar por diversas vezes, em textos e conferências, o seu projecto colonial. Neste, a ciência desempenhava um papel fundamental. Numa publicação significativamente intitulada *Ocupação Científica das Colónias Portuguesas*, resultante de uma conferência integrada no contexto da Exposição Colonial de 1934 realizada no Porto (que como sabemos preparou o caminho para a grande manifestação da ideologia colonial do Estado Novo em 1940 na Exposição do Mundo Português), Carrisso declara:

Colonizar, nas condições actuais da vida mundial, é uma operação extremamente complexa e delicada. É uma operação — digamos o termo próprio — científica, e que tem de ser conduzida cientificamente, com todas as cautelas (1934: 9).

E mais à frente:

É necessário e urgente que o professorado superior, e de um modo geral todas as actividades científicas da Nação sejam chamadas a colaborar na grande obra da expansão colonial portuguesa (idem: 22).

Já em 1932 Carrisso defendia que o processo de colonização deveria ser sobretudo desenvolvido por quadros superiores e com base numa sólida investigação científica, num texto que comenta a sua segunda expedição a Angola — A Missão Académica de 1929 — cujo objectivo principal correspondeu precisamente «a uma propaganda intensa das colónias, como campo de trabalho, nos meios académicos portugueses» (1932a: 17):

Angola o que precisa é de elementos que dirijam e que organizem; para o resto lá está a mão de obra indígena, que, convenientemente dirigida e poupada, ainda chega, e bem, para as necessidades de um largo futuro. Necessitamos de cabeças, e não de braços, eis, na sua perfeita nudez, o que os angolanos devem afixar, em grandes letreiros, nos seus cais de desembarque.

(...)

É, pois aos jovens diplomados das nossas escolas que deve caber o papel de pioneiros na nossa expansão ultramarina (...) É a eles que se deve dirigir, principalmente a propaganda colonial. É necessário dizer-lhes que o sertão africano poderá ser a nova terra de promessa, se estiverem dispostos a lutar, e se se rodearem dos indispensáveis elementos de trabalho (idem: 18-19).

E mais à frente.

É, pois, necessário e urgente chamar à actividade colonial todos os valores mentais portugueses. É preciso que as Universidades e as Escolas Superiores de Portugal, além da sua formação restrita de formadores de diplomados, alarguem os limites da sua actividade, e se ponham em contacto com as variadas manifestações da vida colonial, colaborando intensamente no estudo e na resolução dos problemas respectivos (idem: 21-22).

A dimensão prática e útil da ciência enquanto instrumento que permite resolver problemas é salientada. Esta dimensão é muito clara quando falamos da ciência botânica, pela sua possível aplicação à exploração agrícola do solo. É assim que se explica que a primeira viagem de Carrisso a Angola — a Missão Botânica de 1927 — tenha sido apoiada pelo Secretário Provincial da Agricultura em Angola, que, como refere Abílio Fernandes (1939: 27-28), esperava que a investigação de Carrisso viesse em grande medida beneficiar a exploração agrícola da colónia. Esta dimensão prática da botânica permite a transformação do uso do solo, logo, a criação de um nova ordem de ocupação do espaço e, assim, alimenta o projecto de conquista e expansão territorial. Ou seja, a botânica, através da sua aplicação à agricultura, apresenta-se como um instrumento por excelência de colonização. Carrisso, na missão de 1929, visitou várias fazendas e explorações

agro-pecuárias, na companhia do Director Geral dos Serviços de Agricultura da Colónia, e a propósito dos serviços veterinários das regiões pecuárias do Sul, comenta:

E não deixa de ser curioso observar como o gentio, tendo reconhecido os benefícios que resultam da assistência veterinária, não só aceita os conselhos dos técnicos, mas ainda solicita os seus serviços. É a melhor prova da forma, tão inteligente como hábil, como os médicos veterinários angolanos têm sabido exercer a sua missão. Além de promoverem, pelo processo mais eficaz, o aumento da riqueza pecuária, têm sido os melhores agentes da ocupação pacífica das regiões do Cuanhama e Cuamato, cuja terra ainda não absorveu todo o sangue que a ensopou ainda há bem poucos anos (1932a : 14; sublinhado meu).

A ciência enquanto campo auxiliar do progresso socio-económico (com todas as conotações cultural e historicamente situáveis que a palavra adquiriu) substituiu as armas no processo de ocupação do território.

Esta relação entre ciência e território reflecte-se na perspectiva holista que Carrisso adoptou para dar a ver os lugares que visitou na sua viagem. Carrisso não descreveu apenas a flora angolana, nem se limitou à investigação no campo restrito da botânica. Ele procurou inserir os diferentes temas vegetais que viu, colheu e descreveu no seu contexto. Localizou sempre as espécies que referia nos lugares onde as encontrava, e estes eram descritos não apenas através do idioma da botânica ou mesmo das ciências naturais, mas sim numa perspectiva mais ampla. Interessava também a Carrisso perceber como é que os lugares naturais eram vividos e utilizados pelo homem. Dedicou-se por isso a observar e a descrever alguns hábitos indígenas para além da sua, já descrita, curiosidade pelos marcos da presença colonial portuguesa. O fascínio que as terras africanas exerceram sobre Carrisso não pode então ser reduzido a uma curiosidade científica. É o que nos diz também Abílio Fernandes:

Esta primeira viagem foi o baptismo colonial do Dr. Carrisso que, uma vez em contacto com a terra angolana, se não limitou a ser cientista que se ocupa exclusivamente dos assuntos da sua especialidade. Ante os seus olhos deslumbrados, Angola surgiu tal como ele nunca

a sonhara: vasta e feracíssima região, cheia de encantos e riquezas, magnífico campo onde a iniciativa bem orientada dos novos estaria sem dúvida votada a um êxito seguro. Sobre a alegria que a verificação deste facto tinha despertado no seu coração de patriota, pairava, no entanto, uma pesada nuvem: os portugueses metropolitanos não conheciam suficientemente o seu magnífico Império. E foi então que no espírito lhe surgiu a sua grandiosa ideia colonial, ideia pela qual lutou e à qual sacrificou a própria vida (1939: 28).

O projecto colonial é para Carrisso antes de mais uma missão patriótica. Tal como o Estado Novo, ele fez assentar a identidade nacional na ideia de um império ultramarino. Diz-nos Carrisso (1934: 8): «Os portugueses compreenderam mais uma vez que a expansão colonial constitui a base essencial da nacionalidade. Compreenderam que, abandonando o campo colonial em que trabalham há séculos, lavravam a sua própria sentença de morte como nação realmente independente». O fomento da investigação científica em Angola tem portanto, ao mesmo tempo que um propósito colonial, um propósito nacionalista e revela uma profunda dedicação à causa nacional (ver Carrisso 1932a e 1934). Colonialismo e nacionalismo estão com Carrisso indissociavelmente ligados. São eles os dois principais objectivos políticos do seu trabalho de investigação científica. E os dois encontram-se associados à definição de um território. Território este que a própria ciência botânica ajuda a conhecer, transformar e ocupar⁽¹⁾.

Podemos inclusive pensar a colonização como um processo através do qual se procura estender a Nação às colónias. Estas são, como vimos atrás, apresentadas como terras férteis e fecundas mas também como terras inexploradas, não aproveitadas. Cabe então à nação nelas implantar a ordem social que irá permitir fazer uso de todos os seus recursos. Este processo de colonização, de inscrição da ordem nacional em terras distantes, é simultaneamente pensado como um processo de civilização daqueles que nelas vivem — os indígenas. Carrisso considera que neste processo civilizacional a religião católica, através da missionaçõ, tem um papel fun-

⁽¹⁾ Também Linnæus defendeu que a História Natural poderia contribuir para a definição da identidade nacional e autarcia da Suíça (ver Koerner 1996).

damental. Vemos se entrelaçarem nacionalismo e catolicismo (tal como no Estado Novo). Defende assim Carrisso:

Precisamos de missionários portugueses, de muitos missionários portugueses, ardendo em fé e repassados de espírito de sacrifício. Não podemos, nem devemos, fechar a porta às missões estrangeiras; mas devemos dar àqueles que representam a secular tradição portuguesa os indispensáveis recursos para podermos exercer a sua nobilíssima função. Só assim se evitará o espectáculo confrangedor de vermos nas mãos de estrangeiros, que nenhuma afinidades têm com o nosso espírito e com a nossa raça, completamente indiferentes às nossas aspirações nacionais, o mais poderoso instrumento de civilização e de aperfeiçoamento moral de que se utilizam as nações coloniais (1932a: 13).

As terras africanas são terras ricas mas inóspitas, férteis mas perigosas porque não civilizadas, ordenadas, ocupadas. É uma missão nacional fazê-lo. E esta missão é tanto mais heróica quanto difícil e perigosa o for. E é tanto mais difícil quanto mais hostis, bravias e selváticas forem as terras africanas. Carrisso apresenta o empreendimento colonial como uma epopeia heróica que enche de orgulho os portugueses: «Levada a efeito com uma tenacidade admirável, sem meios de acção, num clima hostil e depauperante, contra o qual não havia defesas, a obra que os nossos avós realizaram é de facto formidável, e deve-nos encher de orgulho» (1928: 8).

Ciência e Poder: «centros de cálculo» e «ciclo de acumulação»

Estes são em linhas gerais alguns dos pontos a destacar do projecto políticos de Luiz Carrisso. Poderíamos talvez dizer que a sua investigação científica tinha sobretudo objectivos políticos e que Carrisso antes de ser cientista era acima de tudo um homem político, capaz de mover recursos, influências, de organizar expedições⁽²⁾. Esta seria no entanto uma leitura

⁽²⁾ Ainda hoje botânicos conceituados que poderíamos talvez inserir na linha de descendência de Carrisso, como o Jorge Paiva que hoje trabalha no mesmo departamento da Universidade de Coimbra no qual Carrisso trabalhou, têm dificuldade em atribuir mérito científico às investigações de Carrisso.

reduzida de Carrisso que para lá de político e cientista era, como veremos, também um esteta. Maximino Correia que o acompanhou na sua segunda expedição a Angola descreve-o como um organizador persistente, um cientista inteligente e como alguém que, dotado de uma sensibilidade requintada, detinha uma «verdadeira alma de artista» (1937: 6-7). Classificar Carrisso como político seria também defender uma concepção moderna de ciência, separando-a radicalmente das suas implicações socio-política.

Joseph Banks, o naturalista em torno do qual se escreveu o livro que serve de sombra interpretativa a este texto (Miller 1996), também foi durante muito tempo descrito como um bom empreendedor e o seu valor científico ignorado. É contra esta visão que separa ciência e política que David Miller elabora o seu argumento (1996: 21-37). Através de uma descrição detalhada das actividades científicas de Joseph Bank e fazendo apelo à reflexão sobre a ciência de Bruno Latour, Miller demonstra como todo o processo científico está indissociavelmente ligado ao poder. Latour reconceptualiza as viagens de exploração do século XVIII como tentativas de recrear na Europa tanta informação quanto a possível sobre lugares, pessoas, coisas e acontecimentos distantes, de forma a se poder estender o império dos poderes europeus. Se as viagens de exploração podem trazer para a Europa medidas de latitude e longitude; cartas de linhas de costa, de portos e rotas; colecções de flora e fauna; representações de pessoas; e registos das suas línguas, então os futuros emissários podem lidar a partir de uma posição de força com as pessoas e lugares com que se deparam em ocasiões posteriores. Estabelece-se assim aquilo a que Latour chama um «ciclo de acumulação», através do qual cada nova viagem ao se basear no conhecimento útil que é acumulado no «centro» contribui em simultâneo para o aumento desse stock (ver *idem*: 23). Através destes dois conceitos propostos por Bruno Latour – «ciclo de acumulação e «centros de cálculo» – vemos como é impossível separar ciência e poder.

Diz-nos ainda Miller que para se recrear lugares distantes nos papéis e colecções europeias é necessário que as coisas distantes se tornem «móveis», «estáveis» e «combináveis» (*idem*: 23). Os objectos e características imóveis como as linhas de costa são tornados móveis através da sua representação abstracta. Rochas, pássaros, plantas, artefactos e obras de arte são evidentemente móveis. Aqui o problema é a estabilidade e a possibilidade de combinação. O herbário dá ao botânico uma vantagem sobre os outros

naturalistas, porque ele é portátil e relativamente estável⁽³⁾. Quanto à possibilidade de combinação, esta requer protocolos estandardizados para nomear e representar as espécies tais como aqueles que são fornecidos pelos sistemas de classificação e pelas convenções da ilustração da história natural. Mas exige também instituições muitíssimo disciplinadas de modo a manter as espécies juntas e a combiná-las de modo a que os botânicos possam ver novas coisas em todos já constituídos. Conclui então David Miller: «Os ciclos de acumulação dependem portanto de várias técnicas que tornam partes distantes móveis, estáveis e combináveis. Mas estas técnicas por seu turno exigem pessoas disciplinadas e instituições que funcionem de forma articulada»(idem: 24).

Organizar pessoas, articular instituições, estabelecer protocolos de colaboração são técnicas que em botânica permitem aumentar o conhecimento útil. O contacto entre os diferentes departamentos de botânica permite articular e comparar («combinar») colecções de herbário, trocar informações sobre as espécies vegetais classificadas. Este procedimento é fundamental para o processo de investigação em botânica⁽⁴⁾. Não podemos portanto separar a investigação científica da habilidade política para exercer influência e coordenar instituições. O contacto pessoal de Carrisso com o naturalista do Museu Britânico A. W. Exell permitiu-lhe estabelecer um protocolo de colaboração com este museu para a elaboração do *Conspectus Florae Angolensis* (ver Fernandes 1939: 31). Este acordo com o Museu Britânico veio a revelar-se fundamental não só para a elaboração do *Conspectus*, obra essencial à investigação científica da flora de Angola, mas também para a realização da terceira e última viagem a esta colónia, em 1937, da qual resultou a mais ampla colecção de herbário até então recolhida. «Assim, efectuaram-se três valiosíssimas colecções — Carrisso & Sousa, Exell & Mendonça e Gossweiler — compreendendo um total de 5.030 números

⁽³⁾ Convém enfatizar a palavra «relativamente», porque embora um herbário possa durar mais de um século, e o Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra possui alguns exemplares centenários, a verdade é que ele não está imune à passagem do tempo, como as pragas que afectaram recentemente os herbários deste Departamento o demonstram.

⁽⁴⁾ O já referido botânico Jorge Paiva teve a gentileza de me mostrar o sistema de fichas que criou para registar (e comparar) as várias espécies que se encontram nas diferentes colecções de herbário que visitou em todo o mundo. Este procedimento torna-se essencial para a produção de conhecimento científicos em botânica.

(cêrca de 25.000 exemplares), entre os quais figuram muitos espécimes de alto valor científico» (idem: 33). Mas não foi apenas este acordo com o Museu britânico (fruto da personalidade empreendedora de Carrisso) que resultou numa mais valia científica. O próprio acordo só pode ser compreendido se tivermos em conta o trabalho científico, coordenado por Carrisso, feito a partir do material já recolhido nas duas primeiras expedições a Angola (ver idem: 30). Ou seja, Carrisso, através das três viagens que organizou, dos contactos que estabeleceu com diversas instituições científicas e do apoio à investigação no Instituto Botânico de Coimbra, conseguiu estabelecer um «ciclo de acumulação», *centrado* em si próprio e no Instituto que presidiu, que reúne num único e mesmo projecto ciência e poder.

A Missão Botânica de 1927 e a Missão Académica de 1929

Não podemos portanto reduzir o legado de Carrisso a uma componente política. As diferentes missões, actividades e empreendimentos que ele desencadeou e coordenou não apenas contribuíram para a ciência, como estão profundamente imbricadas no próprio processo de investigação em botânica. Neste sentido, o trajecto das expedições de Carrisso a Angola que, como podemos ver nas fotografias de 1927 e sobretudo nos diapositivos de 1929, foi em grande medida traçado com o objectivo de visitar e contactar instituições ligadas à investigação científica e à sua possível aplicação ao desenvolvimento das colónias, não pode ser apenas explicado por propósitos políticos. Neste sentido também, há uma continuidade maior entre a expedição de 1927 e a de 1929 do que aquela que poderíamos afirmar numa primeira análise.

Podemos desde logo distinguir a missão de 1927 e a de 1929 através da sua denominação. A primeira intitula-se Missão Botânica (1932b) e a segunda Missão Académica (1932a). Se olharmos para o espólio fotográfico que as documenta e que agora é exposto poderemos continuar a distingui-las. As várias centenas de fotografias que resultaram da primeira expedição, afixadas em fichas numeradas e legendadas e guardadas em bonitas caixas de madeira, procuram recrear para o espectador europeu (e sobretudo português) os lugares distantes visitados durante a viagem, tornando-os móveis e portáteis. Ou, se quisermos, estas fotografias procuram dar a conhecer Angola à metrópole. Elas representam partes, «aspectos» ou «vistas» desta terra distante e os objectos ou coisas que nela se encontra-

ram. Elas representam a «chana», a floresta, o deserto e os rios, rochas, penedros, cataratas, estradas, caminhos. A vegetação ocupa como é de esperar um lugar de destaque. Ela surge referenciada com o nome comum — Imbondeiro, Mateba, palmeira dem-dem — e/ou com o nome científico — *Adansonia Digitata*, *Hyphaene Quincensis*, *Ficus*, *Euphorbia Candelabrum*. Mas a vegetação é sempre, como dissemos atrás, localizada e contextualizada. As legendas começam por referir o nome do lugar a que diz respeito a fotografia. As espécies vegetais integram-se no território e apresentam-se como o instrumento principal para a sua descrição e caracterização. Pois, como vimos também, é este território que em última instância se pretende conhecer, transformar e ocupar. Nele se insere a presença passiva do indígena, através de fotografias às mulheres ou às danças e batuques, e a presença transformadora da acção colonial, pela imponência das fazendas e explorações agro-pecuárias, dos edifícios e estradas coloniais e da exploração diamantífera da Lunda. Quanto aos diapositivos em vidro de 1929, também ordenados e organizados em caixas de madeira, esses concentram-se sobretudo neste último aspecto. É a presença colonial que importa documentar em contraste com a primitiva presença indígena. A componente mais propriamente botânica e científica de representação da flora Angolana e do seu território parece então desaparecer. No filme, recentemente descoberto no laboratório fotográfico do Instituto Botânico, que dá a ver alguns aspectos cinematográficos da viagem de 1929, são também exclusivamente representadas as visitas oficiais aos pontos que marcam a ocupação portuguesa de Angola. Este filme surge estruturado a partir das vias de comunicação essenciais à apropriação do território colonial. O porto de Luanda e os Caminhos de Ferro têm aí um lugar de destaque. Este filme confirma portanto que nesta segunda expedição não se chegou a sair dos caminhos traçados e construídos pela acção colonial de modo a se poder observar, colher e registar novos aspectos da flora angolana. Esta era na verdade uma missão académica cujo propósito propagandístico de incentivo à colonização junto dos quadros superiores já referimos.

Mas esta distinção que desenhamos entre a primeira e a segunda expedição de Carrisso a Angola oculta as fortes semelhanças e continuidades que entre elas existem, e assim, entre ciência e política. Também nas fotografias da primeira viagem se documenta a acção colonial e, em particular, as fazendas e estações agrícolas que sugerem a possível aplicação da botânica à exploração do solo. Foi aliás a partir deste conjunto de fotografias

que se elaborou e organizou a colecção de diapositivos que circulou pelos liceus da metrópole como instrumento de propaganda colonial (ver 1932c). Nos «comentários e notas explicativas» (idem) que acompanhavam estes diapositivos pelas escolas, a descrição científica da vegetação e do solo surge quase sempre associada a propostas de uso agrícola.

*Nem toda a região litoral nos apresenta, porém, o aspecto de aridez e secura que acabamos de fazer referência. Ao longo dos rios, pela influência benéfica da irrigação natural que eles realizam, a vegetação desenvolve-se com pujança. Aparecem então grandes palmares, expontâneos, de dem-dem (palmeira do óleo – *Elaeis guineensis* Jacq.), uma das principais riquezas da colónia. O terreno torna-se utilizável para fins agrícolas: é nos vales destes rios que se encontram grandes plantações de cana sacarina e de algodoeiros. Outras culturas, particularmente as hortícolas, se podem instalar, sobretudo na proximidade dos mercados consumidores (idem: 14).*

Mesmo os aspectos da paisagem que formalmente mais impressionam Carrisso são pensados pela sua utilidade.

A chamada formiga branca, salalé ou termite, desempanha um papel importante na vida africana, pelos estragos que causa, pelos serviços que presta ao homem, e pelo aspecto tão característico, e por vezes mesmo fantástico, que as suas construções imprimem à paisagem.

(...)

Ao viajante que contempla, ao passar, a paisagem africana, a presença do salalé revela-se pelas suas construções à superfície do solo. São das mais variadas formas: aqui, cones aguçados de alguns centímetros na base e um ou dois decímetros de altura, espalhados em profusão pelo campo, dando-lhe um aspecto estranho; mais adiante, têm a forma de grandes cogumelos, de meio metro de altura; por vezes, a construção atinge maiores proporções, mais do que a altura de um homem, assumindo aspectos fantásticos, ruiniformes, simulando os restos desmoronados de um velho castelo, ou uma acumulação incoerente de massas estalagmíticas (...).

(...)

Mas o salalé reserva ao viajante desprevenido outras surpresas menos agradáveis, do que a contemplação das suas edificações tão variadas e tão curiosas. Que êle, ao deitar-se abandone sôbre o pavimento de terra batida a sua mala de couro, arrisca-se, no dia seguinte, ao levantar-se, a encontrá-la vazia (...).

(...)

Se porém a lista dos estragos do terrível insecto é longa e pesada, não é menos certo que temos a levar ao seu activo alguns serviços prestados ao homem. O indígena não o desdenha como alimento (...).

É porém na reparação das estradas angolanas que o salalé presta relevantes serviços. Tencionamos consagrar à viação ordinária de Angola uma série de fotografias, e a propósito delas faremos os comentários desenvolvidos que o assunto bem merece. De momento, limitar-nos-emos a umas ligeiras considerações.

(...) o processo mais usado para dar à estrada uma superfície boa para os rodados pneumáticos, é o emprego da terra de salalé (idem: 22-24).

Estética e Ciência: a «arte do facto»

A longuíssima citação que acabámos de transcrever, para além de demonstrar a perspectiva utilitarista através da qual Carrisso olha ao lugares distantes que fotografou (mesmo na viagem de 1927), permite ainda introduzir uma outra faceta do trabalho do botânico Luiz Carrisso que nós aqui ainda não referimos: a componente estética. O que há de fascinante na análise do trabalho legado por Luiz Carrisso, e em particular na análise do seu espólio iconográfico (fotografias, filme, fitografia, herbário, e até mesmo alguns aspectos do jardim botânico), é que nele se juntam, não apenas ciência e política, mas também ciência e arte.

David Miller (1996: 9-10) refere que nos últimos anos os historiadores da ciência, antes apenas preocupados com os textos escritos, começaram a se interessar pelo universo das imagens ou dos textos visuais, ajudados cada vez mais pelos instrumentos de leitura dos historiadores de arte. Por seu turno, alguns destes começaram a se importar com aquilo que poderemos designar por «arte do facto» («art of fact»). Por exemplo, Barbara Stafford tem se dedicado à «arte do facto», ao estudo da luta pela imagem fidedigna e às repercussões estéticas deste processo. No entanto, como defende

Miller (idem: 17), os historiadores da ciência nem sempre concordam com os estudos da «arte do facto» quando estes mantêm a dicotomia entre o carácter convencional da representação na arte e o carácter empírico dos factos científicos. Martin Kemp (1996: 197-230) esboroa esta fronteira ao comparar uma pintura de paisagem do século XIX com a fitografia de um livro de botânica do mesmo período, demonstrando como as duas imagens partilham um fundo cultural comum na forma como representam a natureza.

Quanto às fotografias e diapositivos de Luiz Carrisso serão eles imagens científicas ou artísticas? Já falamos dos seus propósitos científicos e em como elas podem ser inseridas num «ciclo de acumulação» dando a conhecer lugares distantes àqueles que ficaram na metrópole. Terão elas propósitos estéticos? A resposta poderá ser dada pelo leitor que com elas se confrontar. Gostaria no entanto de referir que várias imagens aparecem pintadas, de lembrar que Maximino Correia, autor de algumas das fotografias da segunda expedição, destacou a sensibilidade requintada e alma artística de Carrisso (ver atrás) e que Abílio Fernandes (1939: 23), ao descrever a profunda influência que Carrisso teve na remodelação do jardim botânico de Coimbra, demonstra como ele procurou aí harmonizar os interesses científicos e os panorâmicos.

Classifiquemos nós estas fotografias como científicas ou artísticas, a verdade é que elas possuem uma determinada ordem visual, cultural e historicamente específica, que poderá talvez ser melhor desvendada por comparação com outras imagens produzidas no mesmo contexto das expedições de Carrisso a Angola. Penso no filme, mas também no herbário e na fitografia. Algo que me impressiona no filme, mas também em muitas fotografias, é a forma alinhada, ordenada e geométrica em que aparecem dispostas as pessoas, no porto de desembarque do navio «João Belo», nas missões, nas escolas, nos exercícios da Companhia Indígena. Esta ordem milimetricamente traçada reflecte-se também na arquitectura dos edifícios coloniais, das aldeias indígenas e nas vias de comunicação. A mesma imagem também impressionou Luiz Carrisso:

O desembarque teve lugar pouco depois, e constituiu um espetáculo que profundamente nos comoveu, e que, estou certo, nunca se apagará da nossa memória. A partir do cais em duas filas cerradas, estava disposta toda a população escolar de Luanda. Ao percorrer a pista assim delimitada por tantas carinhas alegres e sorridentes, que

vitoriavam os excursionistas cobrindo-os de flores, todos nós nos sentimos possuídos da mais funda e consoladora emoção. Professores e estudantes de Portugal, nada nos podia sensibilizar mais do que aquela manifestação da mocidade escolar; e ao contemplarmos aquela assembleia de muitas centenas de crianças, que representava uma magnífica obra de educação, nós tivemos a primeira medida do colossal esforço português em Angola (1932a: 9).

Tudo nos leva a crer que estamos perante a ordem disciplinar característica das instituições modernas, como escolas, hospitais, prisões, exércitos. Esta ordem mostrou-se fundamental para a colonização europeia das terras africanas. Através dela era possível organizar, controlar, domesticar e civilizar aquilo que se apresentava selvagem e ilegislado.

A função colonial é uma operação extremamente delicada, que exige, por parte da nação que a promove, um estudo profundo dos variadíssimos problemas que suscita. Para colonizar não basta dispôr de massa humana colonizadora; é necessário pôr em equação as questões de ordem social e técnica inerentes à valorização dos territórios colonizados. Essas questões são de uma multiplicidade infinita, e envolvem os mais variados departamentos do saber humano. Um exemplo: as bases cientificamente sólidas em que devem assentar as nossas regras de conduta para com o indígena, e as normas que devem seguir, para estimular a sua evolução moral e mental, essas bases devem-nos ser fornecidas pelo conhecimento da psicologia do negro, e das suas instituições (idem: 21; sublinhados meus).

90 Carrisso defende que para colonizar é necessário definir e estabelecer uma ordem social e técnica, com normas claramente definidas, que permita valorizar os territórios colonizados e estimular a evolução moral e mental do indígena. Esta ordem deve assentar em bases cientificamente sólidas. Na verdade, a ordem colonial, geometricamente traçada, rigorosamente medida, é em grande parte estruturada pela ciência. O espaço colonial, milimétrica e simetricamente organizado, espelha a ordem visual das representações científicas.

Começemos pela análise da fitografia. No primeiro volume do *Conspectus Florae Angolensis* que Carrisso antes de morrer ainda teve tem-

po de organizar surgem quatro tabelas com desenhos da flora angolana. Nenhum destes desenhos é assinado. Não sabemos quem os desenhou. Talvez como uma forma de dizer que as imagens ali incluídas são representações fidedignas que têm a ver com o «caracter empírico dos factos científicos» e não com o «caracter convencional da representação na arte». Na legenda aparece a escala de cada uma das representações. A escala permite aceder à medida real do elemento representado. Existe aliás uma procura de rigor e precisão na representação das medidas e proporções de cada figura.

Esta preocupação com o rigor, com a precisão, com a medida, com a geometria é menos clara nas imagens fotográficas de per si. Torna-se no entanto evidente se pensarmos no modo como elas estão organizadas e arquivadas. Todas as fotografias estão, como já referi, afixadas em fichas numeradas e depois são guardadas em caixas como se de um arquivo se tratasse. O modo ordenado e sistemático com que se guarda as fotografias pertence à lógica do conhecimento científico. É também esta lógica que preside à organização das colecções de herbário que resultaram das expedições a Angola e que se encontram neste momento guardadas em armários de madeira no terceiro andar do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. E esta é também a lógica utilizada neste departamento para classificar e expor os objectos museológicos em armários de madeira e vidro. A ordem visual do espólio iconográfico de Carrisso (cujo significado político, científico e estético este texto procura interpretar) será talvez idêntica à do espaço onde ele se encontra arquivado. Estas imagens, embora pretendam ser universais como é próprio do discurso científico, são no fundo imagens situadas num determinado período histórico (aquele durante o qual viveu Luiz Carrisso) e num edifício particular — no antigo Instituto Botânico de Coimbra, que serviu de «centro de cálculo» para as três viagens de Carrisso a Angola. Poderão então estas imagens ajudar a pensar a organização arquitectónica deste departamento e também do seu Jardim Botânico⁽⁵⁾. E ao mesmo tempo a ordem visual deste espaço poderá ajudar a pensá-las. Esta ordem visual se bem que resulte da lógica do

⁽⁵⁾ A relação entre o Instituto e, em particular, o Jardim Botânico de Coimbra e as imagens que resultaram das expedições de Carrisso a Angola confirma-se no filme de 1929 que inicia o registo cinematográfico da Missão Académica com imagens do Jardim Botânico.

campo científico possui uma estética que a mim em particular muito me agrada. O herbário, os armários em madeira, ou em madeira e vidro, as gavetas de arquivo, os desenhos, as colecções de fotografias e diapositivos são objectos científicos, mas o que nos impede de os tomar também por objectos artísticos?

Fotografar a paisagem: legislar o ilegislado num processo de expansão territorial.

Uma parte significativa da colecção de fotografias de 1927 é composta por fotografias de paisagem. O idioma da paisagem, tal como apareceu em fotografias, gravuras, pinturas ou na literatura de viagem durante o período de expansão colonial, permitiu transpor um conjunto de referências europeias para os territórios colonizados (ver Ryan 1997 e Pratt 1992). Os territórios outros, para nós desconhecidos, são através da paisagem submetidos ao nosso «modo de ver», configurado pela pintura desde o século XVI. «Aspectos», «vistas», «panoramas» são «modos de ver» que Carrisso utiliza para fotografar, como demonstram as legendas e textos que comentam as fotografias (ver 1932c). Mas não é apenas uma determinada ordem visual europeia que se transporta para as colónias através da fotografia de paisagem. São as nossas próprias referências territoriais — lugares de memória, arquitecturas, construções utilitárias ou míticas — que deste modo se levam para lugares distantes. James Ryan (1997) demonstra como no século XIX os fotógrafos que percorriam o império britânico no oriente para obterem fotografias simultaneamente comerciais, científicas e artísticas, fixavam os lugares que mais se assemelhavam aos da sua terra natal. Também Luiz Carrisso, como vimos, procura registar os sinais da presença portuguesa em África, ou seja, os lugares organizados de acordo com os valores, referências e memórias do seu país de origem. Temos fotografias de edifícios coloniais — residências, escolas, prisão, hospital, farmácia —, de diversas construções como barragens, pontes e estradas, temos fotografias de missões, da estação zootécnica de Humpata e de fazendas e estações agrícolas — aparecem campos geometricamente organizados de palmeiras dem-dem, café ou cana-de-açúcar, mas também um laranjal.

As terras que ainda estão por ocupar também são fotografadas, mas, através de um fortíssimo contraste com as zonas colonizadas, surgem de aspecto inóspito, bravo, selvagem. Rios, rápidos, cataratas; pedras, rochas,

penedos; a floresta e o deserto de Moçâmedes irrompem como aspectos ou partes ilegisladas e perigosas. Mary Louise Pratt (1992) defende que a estética romântica com o seu fascínio pela desordem de uma natureza ameaçadora e terrível emerge do confronto dos europeus com os territórios distantes, desconhecidos, a colonizar. Estas terras aparecem como bravias, desocupadas, desabitadas porque desprovidas de referências, história, memórias para os colonos. A história da relação dos indígenas com elas é esquecida. A estética romântica, pela qual as colónias são representadas como espaços inóspitos, selvagens, inexplorados, desocupados, torna-se assim, como defende Pratt, num mecanismo de desapropriação do indígena das suas terras. Também Carrisso fala de Angola como um país novo, sem história e portanto imprevisível, ilegislado.

Repare-se em que a valorização de um país novo, sem passado, sem métodos tradicionais de exploração, onde as surpresas de toda a ordem são a moeda corrente, exige muito mais cautelas do que a de um país de antiga cultura, que goza das formidáveis vantagens dos ensinamentos do passado, representados pela tradição. Na colónia, tudo é novo, e por conseguinte, incerto e precário (1934: 10).

Se as fotografias de paisagem representam as colónias como espaços caóticos, ilegislados, selvagens (como uma forma de desapropriar o indígena de suas terras), por outro lado, a própria fotografia apresenta-se como um elemento ordenador e organizador desse espaço, desde logo pelo seu enquadramento. O simples acto de tirar a fotografia exige, como refere Carrisso, uma determinada distância que permita observar e, assim, legislar o objecto fotografado.

Na floresta de Maiumba a baixa vegetação é porém sempre abundante, e constitui, juntamente com as cordas ou cipós, um emaranhado inextricável. Embrenhado nele, o fotógrafo vê-se em sérias dificuldades para fixar na chapa os aspectos que se lhe antolham. Só nalguma clareira é que se encontra as condições de distância e de perspectiva que lhe permitam realizar um trabalho que, de alguma forma, dê ideia dos aspectos que a natureza oferece. As duas fotografias que apresentamos foram feitas numa estreita vereda aberta na floresta... (1932c: 9).

Tirar uma fotografia é um acto ordenador que implica, antes de mais, seleccionar o que se pretende fotografar, através de que ângulo, ponto de vista e condições de luminosidade e, em última análise, implica escolher a tradição formal que irá estruturar a imagem fotografada. A fotografia de paisagem pode então ser pensada como uma tentativa de legislar e controlar aquilo que ela mesma apresenta como ilegislado. As fotografias de montanhas que evocam e enquadram o infinito como ponto de fuga são, como Ryan dá a ver, um claro exemplo deste processo. Carrisso tirou algumas fotografias de montanhas como se tenta-se enquadrar e controlar o exemplo por excelência daquilo que nos escapa e permanece inacessível. Este desejo de controlar o indomesticado através da fotografia reflecte-se também nos temas fotografados. Algumas fotografias do espólio de Carrisso são imagens de caminhos ou estradas que se dirigem para o infinito e irrompem do mato, da floresta, do deserto, de um espaço selvagem. Outras procuram contrastar a ordem da presença colonial com a desordem das pré-existências. Várias mostram o «desbaste» ou «derruba» da floresta para a plantação de sisal, café ou extracção de «gravel» diamantífero. O colossal impacto da Companhia de Diamantes na Lunda é daqueles que mais impressiona pela sua dimensão. É desmesurado, quase sublime, o confronto entre a tecnologia e a «natureza». Carrisso manifestou-se satisfeito pelo sucesso deste empreendimento colonial em terras tão inóspitas e difíceis.

No Dundo, sede da Companhia, na Lunda, em plena região diamantífera, pudemos todos apreciar a admirável organização de todos os serviços, que têm de prover às múltiplas necessidades de mais de cem funcionários brancos, e de alguns milhares de trabalhadores indígenas, numa região distante, desprovida de recursos, e com comunicações difíceis e trabalhosas com o litoral. Causa espanto o conforto das instalações, o apetrechamento tão completo e tão moderno das minas, naquele descampado perdido no coração de África (1932a : 15).

As fotografias de paisagem de Carrisso ao representarem a expansão da ordem colonial portuguesa nas terras africanas inóspitas estão a participar, elas próprias, no processo de colonização. Elas ajudam a transportar um conjunto de referências e «modos de ver» europeus para territórios

outros como uma forma de os reestruturar e ocupar. A fotografia de paisagem, ingenuamente associada ao domínio da representação e da estética, alia-se assim à política como um instrumento de conquista territorial. O valor estético destas imagens, que Carrisso realça pintando-as, contribui inclusive e como refere Mary Louise Pratt para aumentar o valor deste empreendimento político. Esta tese que insere as viagens de Carrisso (e as fotografias que delas resultaram) no processo de ocupação e expansão colonial é, ironicamente, confirmada pela sua própria morte. Carrisso morreu no deserto de Moçâmedes e ainda hoje, e depois da independência de Angola, podemos aí encontrar um marco que o recorda e celebra.

Referências bibliográficas

- CARRISSO, Luiz W. - *O Problema Colonial Perante a Nação*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1928.
- CARRISSO, Luiz - A Missão Académica a Angola, os seus objectivos e resultados. *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Ano VIII, n.º 81 (1932).
- CARRISSO, Luiz W. - *A Missão Botânica da Universidade de Coimbra à Colónia de Angola, em 1927*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1932.
- CARRISSO, Luiz W. - *Coleções de Fotografias Diapositivas de Angola. Comentários e Notas Explicativas. 1.ª Série, n.ºs 1-20*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1932.
- CARRISSO, Luiz W. - *Ocupação Científica das Colónias Portuguesas*. Porto : Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.
- CORREIA, Maximino - «Professor Doutor Luiz Wittnich Carrisso» in *Centenário do Nascimento Luiz Wittnich Carrisso*. Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, 1937.
- EXELL, A. W. ; MENDONÇA, F. A. - *Conspectus Florae Angolensis*. Vol. I, Fasc. I, (1937), p. 1-176.
- FERNANDES, Abílio - Notícia Sobre a Vida e a Obra do Prof. Luiz Wittnich Carrisso, *Bol. Soc. Brot*. Vol. XIII - ser. 2 (1939).
- KEMP, Martin - «Implanted in our Natures»: humans, plants, and the stories of art» in *Visions of Empire. Voyages, Botany and representations of Nature* (Eds. Miller, D. e Reill, P.). Cambridge : CUP, 1996, p. 197-230.

- KOERNER, Lisbet - «Purposes of Linnaean travel: a preliminary research report» in *Visions of Empire. Voyages, Botany and representations of Nature* (Eds. Miller, D. e Reill, P.). Cambridge : CUP, 1996, p. 117-153.
- MILLER, David P. ; REILL, Peter H. (Eds.) - *Visions of Empire. Voyages, Botany and representations of Nature*. Cambridge : CUP. 1996.
- MILLER, David P. - «Introduction» in *Visions of Empire. Voyages, Botany and representations of Nature* (Eds. Miller, D. e Reill, P.). Cambridge : CUP, 1996, p. 1-21.
- MILLER, David P. - «Joseph Banks, empire, and «centers of Calculation» in late Hanoverian London», *Visions of Empire. Voyages, Botany and representations of Nature* (Eds. Miller, D. e Reill, P.). Cambridge : CUP, 1996, p. 21-38.
- PRATT, Mary L. - *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*. Londres : Routledge, 1992.
- RYAN, James R. - *Picturing Empire. Photography and the visualization of the British Empire*. Londres : Reaktion Books, 1997.
- URRY, Jonh - *The Tourist Gaze: Leisure and travel in contemporary Societies*. Londres : Sage Publications, 1990.



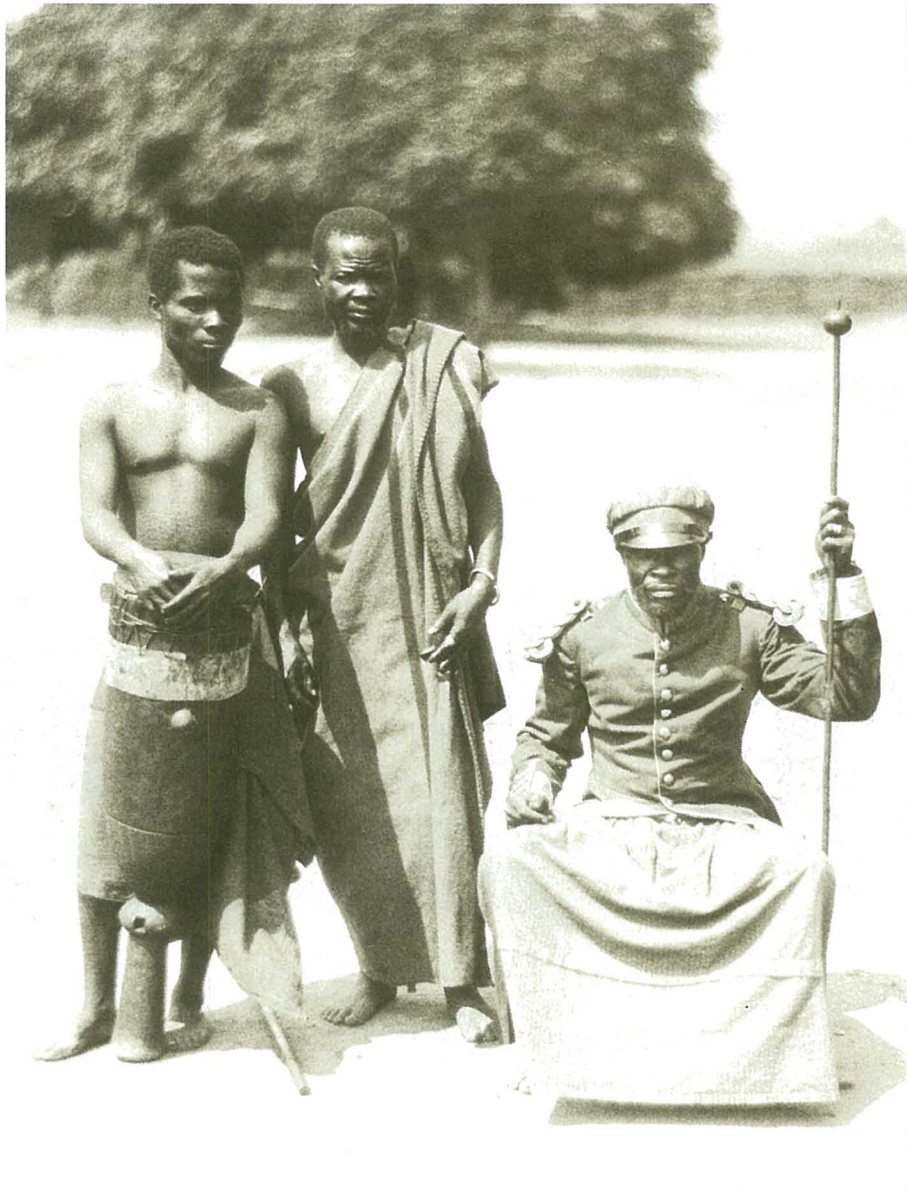
19. *Arredores de Luanda. Uma família de indígenas assimilados (Quifangondo, junto da ponte sobre o Bengo). Junho 1927*



20. Quissama. Mulheres indígenas. Da esquerda para a direita: administrador do Cazengo, médico Pimentel d'Abreu, Mendonça. Junho 1927



21. Quissama. Mulheres indígenas. Junho 1927



22. Quela (Malange). Soba, fardado à «europeia»
e seus conselheiros. Julho 1927



23. Quela (Malange). Tocadores de marimbas
Julho 1927



24. Saurimo (arredores). Caçador indígena com as suas armas. Julho 1927



25. Saurimo (arredores). Uma mulher quioca. Setembro 1927



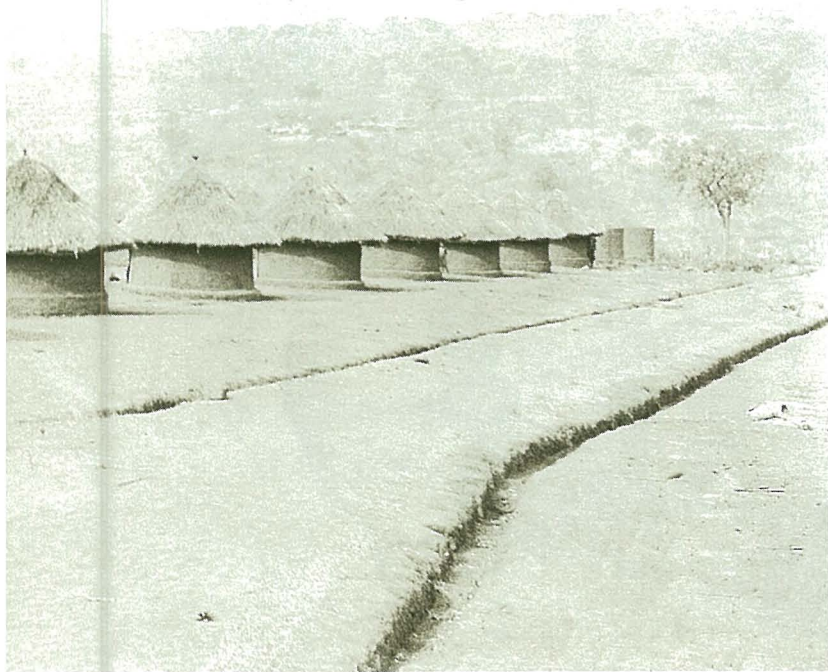
26. Saurimo (arredores). Mulher quioca triturando vagens para embarbasoar o peixe. Setembro 1927



27. Posto do Nordeste (Lunda). Sanzala do soba Cachima.
Indígena entrando numa Cubata. Julho 1927



28. Minas de diamantes do Luaco (Lunda



irro de trabalhadores indígenas. Julho 1927



29. Minas de diamantes do Luaco (Lunda). Extracção do granel diamantífero. Julho 1927



30. Posto do Canzar (Lunda). Indígenas disputando os cigarros que lhe atirava o governador. Julho 1927



31. Posto do Nordeste (Lunda). O governador p



ona um passeio aos sobas da região. Julho 1927



32. Posto do Nordeste (Lunda). Uma mulher indígena. Os traços brancos sobre o corpo são sinal de luto por morte de sobra a quem ela pertencia. Julho 1927



33. Posto do Nordeste (Lunda). Indígena preparando-se para dançar o batuque.
A crista de peles de um deles é tirada do cachaço de uma palanca. Julho 1927



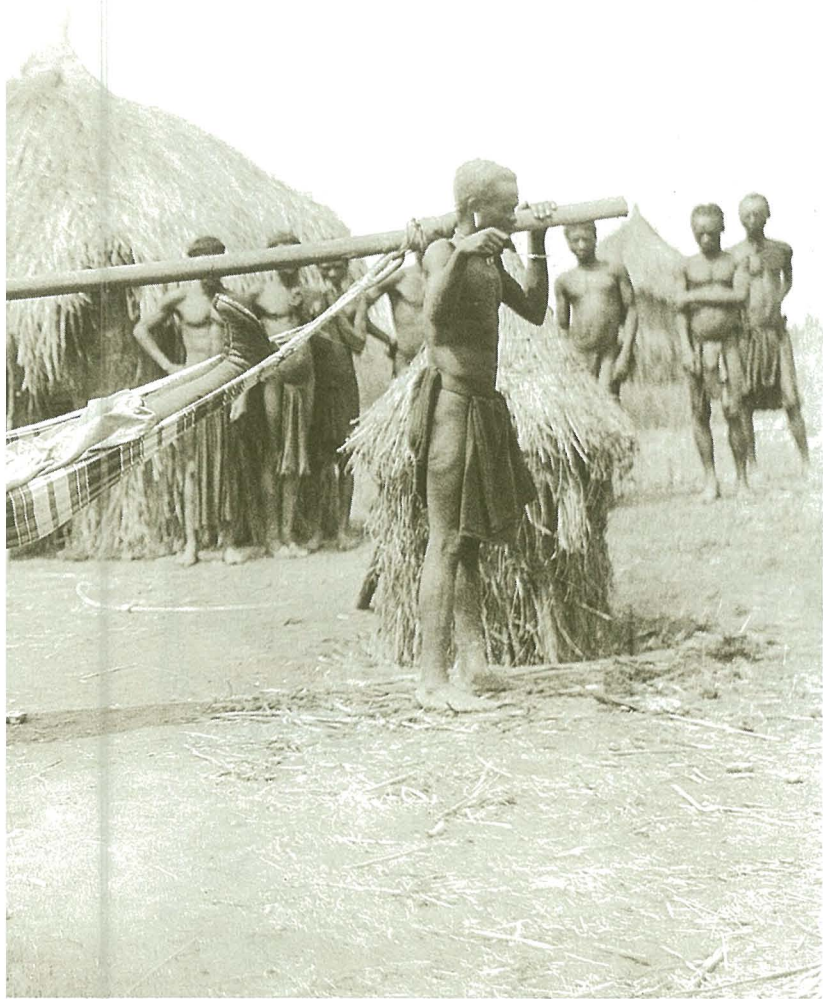
34. Posto do Nordeste (Lunda). Uma indígena a amamentar o filho.
Julho 1927



35. Posto do Nordeste (Lunda). Uma indígena.
Julho 1927



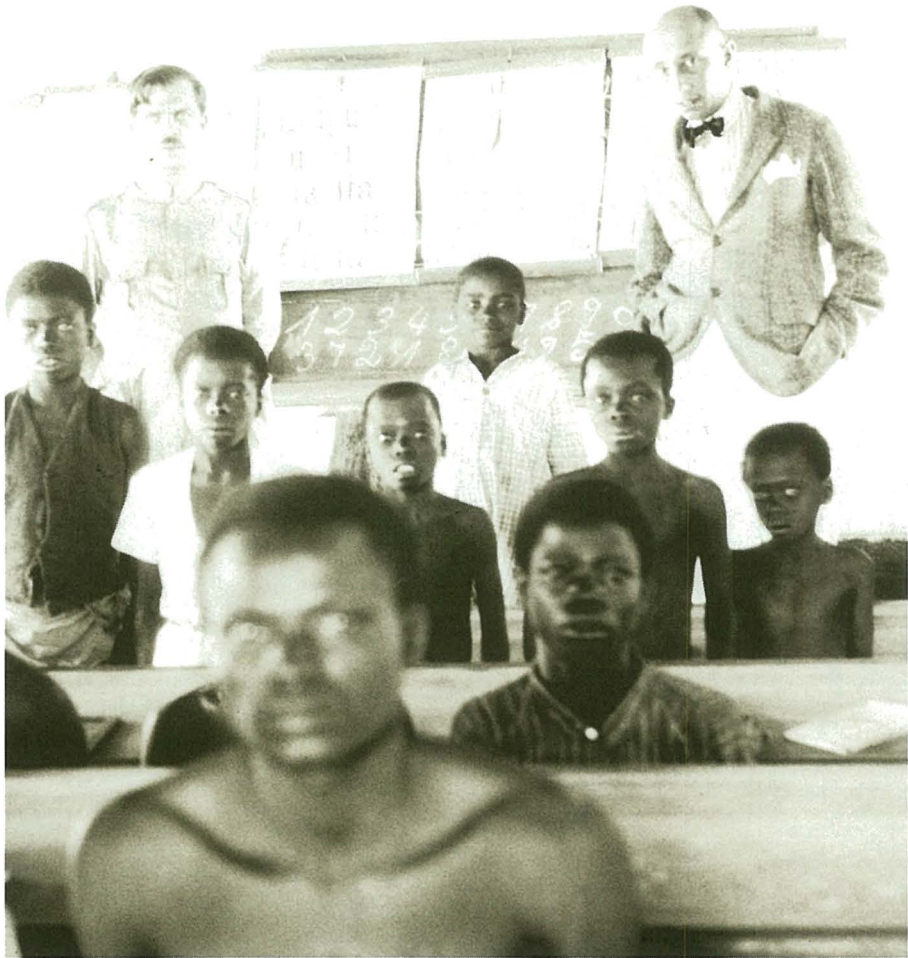
36. Posto do Nordeste (I)



1. De tipóia, Julho 1927



37. *Missão evangélica de Luma-Cassai (Lunda)*
Túmulo de um missionário. Agosto 1927



38. Meconda (Lunda). A escola funcionando.
Agosto 1927



39. Huambo. Propriedade de Santo Amaro.
Indígena trabalhando. Setembro 1927



40. Huambo. Propriedade de Cambuio. Tractor Fordson lavrando com uma charrua de discos. Setembro 1927



41. Huila. Na missão das Irmãs. Outubro 1927



42. Luanda. Exercícios da companhia indígena. Novembro 1927



43. *Deserto de Moçâmedes. A caminho da Pedra Negra. Aspecto do deserto: no horizonte, fenómenos da miragem. Outubro 1927*



44. Construção do memorial no deserto de Moçâmedes. 1937

Série
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2005

